

Soluções que devem ser adotadas

Primeiramente, o panorama é algo confortador porque apresenta, para o final da década, situação um pouco melhor em relação à de 1982-1983. Entretanto, é preciso notar que:

— Voltar a uma relação de dívida da ordem de grandeza daquela de 1981 não será suficiente. É verdade que, diante da melhoria dos balanços de pagamentos e de alguns dados estruturais, este fardo poderá ser melhor suportado. Mas resta o fato de que uma proporção de dívidas excedendo a 20% é considerada como taxa crítica, exigindo medidas de saneamento urgentes e adiando, mais uma vez, a prática de política de crescimento mais rápida e mais orientada para a melhoria das capacidades produ-

tivas e condições de vida das populações.

— Apesar de o objetivo do processo de "desendividamento" apresentar-se relativamente modesto, as chances de atingi-lo são, aparentemente, pequenas. A realização de cada uma das dez condições certamente não é impossível. Por outro lado, acredita-se que grandes esforços serão empreendidos nestas direções. Entretanto, acreditamos seja bastante duvidoso o preenchimento de todas as dez, em conjunto. Neste caso, uma pergunta se impõe: assim sendo, o que irá acontecer? Tentando obter respostas, o FMI testou algumas variáveis. A conclusão é simples: os resultados obtidos neste panorama serão dependentes das hipó-

teses-chave (taxa de crescimento dos países industrializados, nível das taxas de juros, disponibilidade de financiamentos exteriores e políticas de ajustamento). Afastamentos em relação a estas hipóteses colocarão em perigo as tentativas feitas pelos vários países em desenvolvimento de recuperar o controle de sua posição exterior e de uma taxa de crescimento mínima.

Infelizmente, se verificarmos alguns estudos mais recentes, principalmente os da OCDE, as chances de se concretizarem as hipóteses, em matéria de taxas de juros e de crescimento nos países industrializados, são as mais frágeis.

As próprias condições relativas aos países em desenvolvimento pa-

recem igualmente caprichosas. Será válido imaginar que eles poderão manter, durante longos períodos, um esforço de ajustamento, cujo custo humano é, na maioria das vezes, muito alto? Conseguirão tais países, sem crise política e institucional de proporções maiores, empreender esforço de tais proporções, unicamente com o objetivo de honrar seus compromissos de dívida exterior, com a perspectiva de se encontrarem em 1990 tão endividados, ou quase, como em 1981?

É necessário reconhecer: esta perspectiva modesta de saída da crise, não incorporando melhoria notável da contribuição dos países industrializados, deverá, para atingir seu objetivo, apoiar-se sobre

acumulação pouco provável de grandes fortunas. Sem este concurso favorável de circunstâncias a situação desembocará no desencorajamento de alguns, na estagnação econômica e instabilidade política de muitos, declínio generalizado, fora de alguns pólos privilegiados.

Se se pretender evitar que isto aconteça, se se julgar insuportável a perspectiva de estender-se até meados dos anos 90 o momento em que os países em desenvolvimento poderão sonhar com uma melhoria limitada das condições de vida de sua população, através da aplicação de uma porção suficiente de seus recursos, será indispensável aproveitar a trégua atual para definir as mutações necessárias.

Tentar definir estas mudanças básicas é, ao mesmo tempo, fechar as portas para os sonhos da generosidade e para a autocensura do ceticismo. Sem dúvida, trata-se de exercício arriscado mas, diante da situação, inadiável.

Procurando não ser exaustivo, limitar-me-ei a propor três delas, embora sabendo que talvez não sejam suficientes ou, ainda, estejam enquadradas no contexto das duas possibilidades a evitar, expostas acima. Em resumo, ei-las:

— generalizar a disciplina de ajustamento;

— utilizar plenamente todos os instrumentos financeiros existentes;

— reativar a prática do diálogo.